

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: PW geral 25

Data: 22.03.74 Pg.: _____

Integração incluirá o Parque do Xingu

ESP 22/03/74

Funai proíbe pescadores, rio é só dos mundurucus

Do correspondente em MANAUS

A Delegacia da Fundação Nacional do Índio no Amazonas interditou 300 quilômetros do rio Canuman e proibiu que pescadores profissionais continuassem retirando dali as toneladas de jaraquis e matrinhãs com que abastecem a população de Manaus. O rio, de acordo com a decisão da Funai, baseada no Estatuto do Índio, só pode ser explorado pelos 300 mundurucus que vivem em suas margens e que há muito tempo protestam contra o uso de bombas na pesca e reclamam da escassez do peixe.

— É um absurdo que a Funai entregue a apenas 300 índios mais de 600 quilômetros de um rio altamente piscoso — protesta o secretário-executivo da colônia de pescadores Z-2, Alfredo Jacuna Pinheiro.

Com um mapa do Estado nas mãos, o delegado em exercício da Funai, Porfírio de Carvalho, assegura que o rio tem apenas 300 quilômetros e sua área só é habitada pelos índios. Os brancos, que os pescadores dizem ser muitos, não passariam de "de dois ou três miseráveis ribeirinhos", segundo Porfírio Carvalho, que ali pescam com autorização do chefe mundurucu.

O delegado da Funai diz que a medida foi tomada segundo o artigo 24 e o parágrafo 2.º da lei 6.001, que instituiu o Estatuto do Índio, em dezembro do ano passado e assegura a este o usufruto "das riquezas naturais e todas as utilidades existentes nas terras ocupadas". O parágrafo 2.º diz que "é garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem que ser aplicadas".

Assim que o Estatuto foi promulgado, a Funai decidiu aplicá-lo no caso do rio Canuman e nem se preocupou em avisar formalmente os pescadores. "Eles deveriam conhecer a lei que foi publicada na primeira página do Diário da União no dia 21 de dezembro do ano passado. Mas ainda avisamos", diz Porfírio Carvalho. Assim que souberam da proibição os pescadores conseguiram um exemplar do Estatuto e com ele rebatem a medida. O secretário da colônia Z-2 cita o artigo 19: "As terras indígenas por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo". Por isso, os pescadores acham que antes de proibir seu trabalho no Canuman a Funai deveria demarcar as terras dos mundurucus.

O Canuman é afluente do Madeira e o acesso a ele é feito pelo paraná do Arariá, no município de Borba, a 24 horas de barco de Manaus. Do rio os pescadores filiados à colônia Z-2 retiraram, em 1972, 595 toneladas de jaraquis e matrinhãs em apenas dois meses. Em 1973, no mesmo período, 310 barcos capturaram 695 toneladas e neste ano já foram pescados 505 mil quilos. O jaraqui e o matrinhã são os peixes mais consumidos pela população pobre de Manaus, especialmente por causa de seu gosto bom e do preço: o primeiro custava apenas 30 centavos, mas, depois da interdição do rio, o quilo passou para Cr\$ 1,30.

A interdição do rio, segundo o secretário da colônia, além de criar um problema sério para os pescadores, ameaça o abastecimento do pescado em Manaus. Atualmente, já se nota a crise no comércio de peixe e os pescadores afirmam que durante a semana ela vai agravar-se. Indiferente a isso, a Funai argumenta que a pesca profissional no Canuman era praticada com métodos ilegais, como o uso de bombas que devastam os cardumes. "Há muito tempo os índios reclamavam de que a pesca para a tribo estava ficando difícil por causa dos brancos no Canuman" — diz o delegado Porfírio Carvalho.

A Delegacia está inclusive fazendo estudos na área e talvez decreté novas interdições em favor dos índios. Na Superintendência do Desenvolvimento da Pesca o delegado Raimundo Neiva Eulálio diz apenas que a medida foi definida pela regulamentação federal, diante da alegação dos pescadores de que a área é habitada por um número maior de brancos do que o admitido pela Funai, ele acha que "a questão merecia um estudo".

Da Sucursal de Brasília e do Serviço Local

O Parque Nacional do Xingu, administrado pelo sertanista Orlando Villas-Boas, também está incluído entre as áreas onde a Fundação Nacional do Índio implantará sua política de integração gradativa do índio à sociedade. O novo presidente da Funai, general Ismarth de Araujo, ao esclarecer isso, ontem, em Brasília, acrescentou que convidará Claudio Villas-Boas, irmão de Orlando, para ser um dos assessores da Coordenação da Amazônia — uma comissão da Funai encarregada de ordenar o trabalho do órgão naquela região.

Anteontem, em São Paulo, ao apresentar um filme sobre o contato com os kranhacãrores (cuja projeção foi suspensa por ordem da Funai), Orlando afirmou que a política de integração defendida pelo presidente da Funai "é positiva na medida em que anuncia que a integração do índio será feita com morosidade. Mas seria ainda mais positiva se apresentasse a integração como uma opção do índio e não como consequência de pressões da nossa sociedade".

Em uma conversa de quase duas horas com os jornalistas, o general Ismarth — que era superintendente da Funai — afirmou ser importante que todos cheguem a um acordo para realização de um programa eficiente, acabando-se de uma vez com as divergências e desconfiâncias.

— Temos que viver a realidade presente de um País que está se expandindo e não vai se deter por causa do índio. Daqui a 20 anos, o panorama na Amazônia estará totalmente mudado e, no próprio Parque do Xingu, até quando os Villas-Boas conseguirão manter esses índios em total isolamento?

O general, porém, admite que a Funai não está, atualmente, preparada para a grande tarefa da integração. "Faltam teccos, faltam recursos e um planejamento adequado. Nossa filosofia de ação, no entanto, já está bem definida no próprio Estatuto do Índio, que prevê a integração gradativa e harmo-

niosa do índio na comunhão nacional".

Contudo, já que o Estatuto não vai além desta frase vaga, o general Ismarth admite que os métodos de integração deverão ser estudados "profundamente, bem como a emancipação do índio, também prevista no Estatuto, pois é ainda bem difícil para nós determinar quando o índio estará em condições de se tornar um cidadão brasileiro, com os mesmos direitos e deveres de qualquer brasileiro comum".

"O grande problema da Funai" — disse Ismarth — é que, até agora, ela praticamente está trabalhando sozinha e, para a execução de um programa como o que queremos implantar, precisamos de outros órgãos para o êxito de nosso trabalho. De nada adianta, por exemplo, prepararmos a população indígena para a convivência futura com a sociedade nacional, se a comunidade envolvente também não for preparada adequadamente. O índio ou o grupo indígena, quando for emancipa-

do, não terá mais o apoio da Funai, passando a ser parte integrante do município mais próximo".

E, ao explicar melhor a política de integração gradativa, Ismarth declarou que a Funai pretende "trabalhar com um método específico em cada comunidade. Aqueles grupos mais isolados, onde as frentes pioneiras ainda não chegaram, serão preparados devagar, sem cronograma fixo, e não como se comenta por aí".

Um reporter, então, perguntou ao general se a atração dos kranhacãrores — contatados há pouco mais de um ano e transformados em mendigos na rodovia Cuiabá-Santarém — não seria um exemplo do fracasso dessa política. O presidente da Funai reconheceu que no caso o contato indiscriminado com os brancos foi prematuro, mas era esperado desde que a estrada cortou a terra dos índios. Ismarth não quis discutir esse problema, limitando-se a dizer que a Funai não teve qualquer participação na programação

das estradas que cortam áreas indígenas.

CONCILIAÇÃO

Segundo a política de "espíritos desarmados" que pretende implantar, o general Ismarth de Araujo anunciou, além do convite a Claudio Villas-Boas, que o sertanista Apolena Meirelles voltará para o Parque Indígena do Aripuanã, em Rondonia, de onde saiu praticamente afastado pelo ex-presidente Bandeira de Mello. Outro assessor da presidência da Funai, o antropólogo Helio Rocha, deverá ir para a Coordenação da Amazônia.

Em São Paulo, 24 horas antes da entrevista do novo presidente da Funai, Orlando Villas-Boas, administrador do Parque Nacional do Xingu, disse que a atração de grupos indígenas arredios só é justificável quando há a probabilidade de atritos com uma frente de expansão. Orlando acha que a iniciativa deve ser do índio, que, nos contatos com a sociedade, perde os seus valores aos poucos, sem assimilar novos".